



**Pesquisa de Opinião sobre a Imagem do
Ministério Público Federal
Sumário Executivo.**

Equipe técnica:

DataUFF - Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas
da Universidade Federal Fluminense
Rua São Pedro, n.24/1002
Centro - Niterói-RJ
(21)2722-1651 ou 2717-5030
datauff@datuff.uff

Saete Da Dalt:	Coordenadora geral
Marco Aurélio Oliveira da Alcântara:	Coordenador adjunto
Victor Hugo de Carvalho Gouvêa:	Estatístico responsável
Rogério Cappelli:	Analista de dados
Claudia Valéria Pimentel:	Coordenadora de área.

Apresentação

Este documento se destina a cumprir a apresentar os principais resultados da Pesquisa de Imagem do Ministério Público Federal contratada pela Procuradoria Geral da República para ser realizada através do DataUFF – Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense.

Esta etapa tem como principal objetivo – de acordo com a cláusula terceira do Termo de Especificações nº 151/2012.

A pesquisa de campo teve início em fevereiro com término em julho de 2013, em todo o território nacional.

1. Objetivo geral

Realizar um levantamento de dados quantitativos e qualitativos, fazendo assim, um diagnóstico de imagem do Ministério Público Federal em âmbito nacional previsto no Contrato 54/2012.

1.1 - Objetivos Específicos

- Identificar, quantitativamente, o quanto o Ministério Público Federal (MPF) é conhecido pelo público.
- Conhecer como o MPF é percebido pelo público.
- Saber como o MPF, como um todo e nas suas grandes segmentações, é percebido pelo público.
- Detectar pontos fortes e pontos que podem ser aprimorados pelo MPF.
- Conhecer os conceitos associados à instituição MPF.
- Avaliar a imagem desejada pelo MPF – conhecida por meio do levantamento das visões dos MPs já realizado no Planejamento Estratégico Institucional (PEI)- versus a imagem esperada pelo público.
- Identificar em que aspectos o MPF é confundido com outras instituições.
- Avaliar as necessidades e percepções dos parceiros.

- Avaliar como são percebidas as mensagens usadas pelo MPF, pela população.
- Avaliar como são percebidos os elementos do atual Sistema de Identidade Visual, pela população.

2. Metodologia. ¹

A pesquisa foi realizada em 3 etapas, de acordo com o termo de referencia que previa:

- Uma fase preliminar – com levantamento de dados secundários sobre todos os estudos e pesquisas feitas sobre a imagem do Ministério Público Federal desde 1999 até dezembro de 2012.
- Fase 2 – Pesquisa qualitativa, através da realização de grupos focais em 7 municípios brasileiros, com operadores do direito, donas de casa e chefes de domicilio, pessoas de nível básico e médio, levando em consideração a segmentação por idade, sexo e classificação socioeconômica. Ao todo foram realizados 21 grupos de discussão, três em cada município conforme quadro abaixo.

Perfil dos grupos

Grupo	Sexo	Classe	Idade	Observações
1.	misto	BC	25-40	Trabalhadores de nível básico e médio
2.	misto	CD	41-55	Donas de casa e chefes de família
3.	misto	ABC	16-35	Estudantes de curso universitário e operadores do direito.

Os municípios pesquisados nesta fase foram: Belém, São Paulo, Curitiba, Goiânia, Salvador, Balsas e Palmeiras das Missões.

¹ - O detalhamento da amostra (grupo focal e entrevista em profundidade) encontra-se nos relatórios previstos contratualmente e podem ser consultados de acordo com orientação do gestor do projeto.

- Fase 3 – Pesquisa quantitativa domiciliar através da abordagem via questionário fechado com moradores espalhados por todo o território nacional em idade acima de 16 anos.

Perfil da amostra

Abrangência territorial	Em todo o território nacional
Número de regiões	5 regiões (N, S, CO, NO, SE).
Número de municípios	126 distribuídos de forma proporcional ao número de Procuradorias existentes = todas as capitais e 96 municípios.
Total de questionários	5063 entrevistas.
Margem de erro	3 p.p. com intervalo de confiança de 95%.
Número de setores censitários	200 setores censitários de acordo com mapas do IBGE -2010.
Perfil da amostra	Moradores de todo o território nacional, em idade acima de 16 anos, estratificados por sexo, idade escolaridade e ramo de atividade, segundo dados do IBGE -2010.

O questionário foi elaborado pela contratada mediante aprovação da contratante.

3. Resultados

3.1 - Indicadores, resultados e propostas.

A avaliação do conhecimento da população sobre o Ministério Público Federal varia de acordo com a referência utilizada. Sendo assim, podemos elencar alguns pontos fundamentais para análise, que seguirão com as respectivas sugestões de atuação.

Nas perguntas feitas de forma espontânea, sobre quais conceitos vêm à sua mente quando pensam no Ministério Público Federal, foi grande o percentual de entrevistados que não souberam ou não responderam. Somando aos que responderam **outros** e aos que responderam **nada** chegamos ao índice de 74,2%. Perguntados sobre as áreas de atuação do órgão, 77,2% não souberam ou não responderam.

Ao serem perguntados sobre o conhecimento e a ação do Ministério Público Federal temos novamente este reflexo. No universo de pessoas entrevistadas, além dos 16,7% de pessoas que não conhecem o Ministério Público Federal, outras 76,9% conhecem *só de ouvir falar/conhecem mais ou menos*. Alcançamos então um universo de 93,6% de entrevistados que não possuem clareza sobre suas atividades, ações e competências.

Este resultado aponta a necessidade um projeto específico de divulgação de suas atividades e competências, ou seja, suas diversas áreas de atuação e a sua importância na defesa e garantia dos direitos sociais.

É importante também criar laços mais estreitos entre o cidadão e os canais disponíveis de diálogo e denúncia oferecidos pelo Ministério Público Federal. Com um maior conhecimento de sua atuação, com uma apropriação efetiva destes canais e com o entendimento básico de suas competências é possível ampliar e fortalecer este tipo de identidade junto à população.

Apesar desta avaliação, que em alguns casos pode refletir uma dúvida ou incerteza por parte do entrevistado, que prefere não “arriscar” uma resposta por medo de dizer algo errado, o Ministério Público Federal como instituição é visto como fundamental no combate à corrupção, na fiscalização e investigação do desvio de verbas públicas.

Temos um exemplo claro desta percepção na pesquisa qualitativa realizada anteriormente. Os entrevistados, perguntados sobre qual nota dariam – de zero a cinco - para o grau de importância do Ministério Público Federal foram unânimes em atribuir a nota máxima, ressaltando seu desempenho.

Vale lembrar também o grande grau de confiança da população em relação ao Ministério Público Federal. Não raro sua atuação foi utilizada como referência, sintetizada de forma conclusiva na fala dos entrevistados da pesquisa qualitativa:

“Quando entram, resolvem”.

DataUFF - Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas
da Universidade Federal Fluminense
Rua São Pedro, n.24/1002
Centro - Niterói-RJ
(21)2722-1651 ou 2717-5030
datauff@datuff.uff

“Não conseguiu por outro lado, vai ao ministério público que eles irão resolver”.

“A gente não vê pelos meios de comunicação escândalos envolvendo gente do Ministério Público. É um órgão que ainda tem credibilidade”.

“Isso é mais uma amostra da confiança que esse órgão nos transmite. Pouco se vê pelo menos na mídia que algum procurador do MPU tenha sido alvo de alguma corrupção, algum tipo de ação da corregedoria.”

A instituição é usada como salvação, como último recurso quando se trata de acreditar na justiça:

“Se não acreditar no MP, vai acreditar em quem?”

Ainda que uma porcentagem dos entrevistados não conheça exatamente a forma de atuação do Ministério Público Federal e quais as suas principais funções e áreas de competência, todas as respostas foram dadas sem hesitar mostrando que, independente de qualquer outro problema, entendem que a sua existência é uma garantia necessária ao Estado democrático, elemento indispensável no combate à corrupção.

A imagem do Ministério Público Federal como órgão responsável pela manutenção da ordem jurídica no que tange ao desvio de condutas, de verbas e o não cumprimento das deliberações judiciais é nítida.

Esta concepção é construída, indiscutivelmente, através das notícias e escândalos apresentados pelos principais meios de comunicação, em especial a televisão.

Em relação ao seu objetivo principal, fica evidente que na percepção da população é a fiscalização o principal foco do Ministério Público Federal. É este

o conceito que está arraigado e que permeou todas as respostas dos entrevistados, sendo a fiscalização entendida como um caminho necessário pra que seja efetivado o combate à corrupção e a justiça seja feita.

Os dados da pesquisa quantitativa reforçam estas ideias. O combate à corrupção foi citado por 70,7% dos entrevistados no que tange a ampliação da atuação do Ministério Público Federal. Este é um dado que reforça a percepção de que para a população é este o principal enfrentamento que deve ser feito diante da ineficácia dos mecanismos de fiscalização existentes.

Tendo em perspectiva a sua atuação ficam evidentes percentuais expressivos e contundentes. Quando perguntados se aprovavam ou desaprovavam a atuação do Ministério Público Federal, 67% dos entrevistados aprovaram, tendo apenas 16,8% de desaprovação, excluindo-se os que não sabem ou não responderam, com 16,2%.

Levando-se em conta que 66,4% dos entrevistados entendem que a sua atuação deve ser ampliada e 21,8% que ela deve ser mantida, chegamos ao excelente índice de 88,2% dos entrevistados satisfeitos com sua atuação, demonstrando confiança no trabalho realizado.

Em conseqüência deste alto percentual que aponta para ampliação da sua esfera de atuação, temos 80,4% dos entrevistados favoráveis à atuação do Ministério Público Federal na área criminal. Levando-se em consideração a sua boa avaliação e o grau de confiança depositado pela população, este dado acaba reforçando a sua imagem positiva.

Ainda que com a clareza de que o Ministério Público Federal deve atuar na área criminal, existe incerteza quanto às quais instituições devem também realizar esta tarefa.

Mesmo com 44% dos entrevistados dizendo que sim, que existem outras instituições que realizam esta tarefa, outros 35,2% avaliam que não, o que

indica a percepção de que tal ação é desenvolvida de forma exclusiva e unilateral pelo Ministério Público.

Esta avaliação traz dois elementos importantes. Em um primeiro momento, imputa a ele credibilidade para realizar a tarefa mas, em um segundo momento, pode imputar também o ônus pela demora e falta de resultados e celeridade na apuração dos fatos.

Outros dois aspectos são relevantes no que tange a avaliação institucional. O primeiro versa sobre a avaliação institucional do Ministério Público em si. A segunda aponta possíveis conseqüências de ser confundido com outras instituições.

Apesar da avaliação positiva de 63,3% dos entrevistados feita em relação ao Ministério Público Federal, chama atenção a avaliação negativa de 23%, o que pode indicar uma associação da sua atuação com outras competências que não são de sua alçada. Esta hipótese pode ter explicação no pouco conhecimento da população acerca das atribuições do órgão.

Indo mais além, no caso do entrevistado associar a atuação do Ministério Público Federal com o Poder Judiciário, sendo dele parte integrante, esta avaliação negativa sobe para 37,5%.

Tendo em vista as operações conjuntas realizadas é grande a confusão que se faz entre a atuação da Polícia Federal, do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal. Não existe clareza também em relação à jurisprudência de atuação do Ministério Público, se o responsável pela investigação é o Ministério Público Estadual ou o Federal.

Além de sua atuação, a divulgação de sua estrutura também é fundamental para que sua imagem seja avaliada de acordo com sua competência, sem que seja, indiretamente, considerada responsável por ações de repercussão negativa de estruturas próximas e concorrentes à sua atuação.

Partindo do exposto e excetuando-se os aspectos positivos, que são grande maioria na análise dos dados, temos exatamente a questão da divulgação do seu trabalho, de suas competências e, em especial, dos seus resultados. Para 79,5% dos entrevistados é fundamental e de extrema importância que ela aconteça e alcance a maior parte da população possível.

A impunidade é um dos principais problemas a ser combatido e somente com a divulgação do resultado dos processos, que só ganham a grande mídia quando são instaurados, esta percepção pode ser mudada.

É latente a necessidade do Ministério Público Federal fazer com que suas investigações em curso e, principalmente, aquelas que estão sendo finalizadas, sejam publicizadas e de domínio público. Existe esta carência em relação ao destino dos acusados, se efetivamente cumprirão suas penas ou, se for o caso, o dinheiro público desviado foi efetivamente restituído aos cofres públicos.

O principal meio de comunicação a ser utilizado em caso de campanha publicitária deve ser a televisão. Todos os grupos citaram que nela são “obrigados” a ver já que estão assistindo algum programa e, por tabela, acabam assistindo o intervalo. Inserções rápidas, objetivas e constantes, preferencialmente em horário nobre e nas principais emissoras.

Outro ponto importante como meio de divulgação que merece destaque é a atuação junto às esferas educacionais. Falamos então de palestras, debates com a presença de membros do Ministério Público Federal e a inclusão de determinados temas na grade curricular do ensino. O objetivo é criar, ainda na criança e no jovem, a percepção de seus direitos e de sua atuação como cidadão ao exigir o cumprimento da lei e denunciar os possíveis abusos cometidos. Ainda que com menos força, surge também a ideia da justiça itinerante, como forma de promover a divulgação do Ministério Público Federal e de seus serviços.

DataUFF - Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas
da Universidade Federal Fluminense
Rua São Pedro, n.24/1002
Centro - Niterói-RJ
(21)2722-1651 ou 2717-5030
datauff@datuff.uff